INSTITUTO
AMO CUIDAR

EDUCAÇÃO PROTETIVA



Construindo relações seguras para prevenir violências e fortalecer o desenvolvimento humano.

Luciana Lopes
@lulopes.oficial

UMA IDEIA QUE SUSTENTA ESTE GUIA

Proteção não nasce do medo. Nasce de relações em que crianças e adolescentes encontram presença, informação adequada, limites respeitosos, escuta e adultos preparados para agir.

Este guia percorre fundamentos, práticas e ferramentas para famílias, educadores, gestores e profissionais das redes de saúde, assistência social e garantia de direitos.



POR QUE ESTE GUIA EXISTE

Apresentação

Toda criança precisa de mais do que cuidado material. Precisa sentir que seu corpo é respeitado, que suas emoções podem ser acolhidas, que sua voz tem valor e que existem adultos capazes de perceber riscos, interromper violências e oferecer ajuda sem culpabilizá-la.

Educação protetiva é a construção intencional dessas condições. Ela reúne vínculo, educação emocional, educação sexual adequada ao desenvolvimento, prevenção às violências, cidadania digital e responsabilidade institucional. Não se resume a uma conversa pontual, uma palestra anual ou uma lista de perigos. É uma cultura cotidiana de proteção.

Este guia foi pensado para famílias, educadores, gestores e profissionais das redes de saúde, assistência social e garantia de direitos. Seu objetivo é oferecer fundamentos e caminhos práticos para que a proteção deixe de depender apenas da sorte de uma criança encontrar um adulto atento.

💡 **PONTO DE PARTIDA**

A maioria das crianças não está desprotegida por falta de amor, mas por falta de preparo dos adultos. Amar é essencial; aprender a proteger também.



MODO DE USAR

Como utilizar este guia:

1. Leia os capítulos na ordem proposta para compreender a lógica relacional da proteção.
2. Use as perguntas de reflexão em reuniões de equipe, encontros com famílias e formações.
3. Adapte linguagem e atividades à idade, ao desenvolvimento, à cultura e às necessidades de acessibilidade.
4. Transforme os checklists finais em compromissos observáveis, com responsáveis e prazos.
5. Diante de suspeita ou revelação, priorize segurança, escuta não investigativa e encaminhamento responsável.

⚠️ **NOTA DE CUIDADO**

Este material tem finalidade educativa. Ele não substitui protocolos institucionais, avaliação técnica, atendimento clínico ou orientação jurídica. Cada serviço deve conhecer os fluxos locais e a legislação aplicável. Em situações de risco imediato, acione os serviços de emergência e a rede de proteção do território.



MAPA DO GUIA

Sumário

A Apresentação 03

01 Educação protetiva: conceito e compromisso 06

02 Relações seguras são o primeiro território de proteção 08

03 Desenvolvimento humano, apego e regulação 10

04 Educação emocional como prevenção 12

05 Corpo, intimidade, consentimento e autonomia 14

06 Educação sexual é proteção 16

07 Prevenção das violências sem produzir medo 18

08 Proteção no ambiente digital 20

09 A escola como território protetivo 22

10 Fortalecer quem cuida 24

11 Sinais de alerta: observar sem concluir 26

12 Quando a criança conta: acolher sem investigar 28

13 Famílias, escola e rede: corresponsabilidade 30

14 Práticas e atividades por faixa etária 32

15 Plano de ação para uma cultura de proteção 35

+ Anexos: checklists, frases, glossário e referências 38

01

FUNDAMENTOS · CAPÍTULO 01

Educação protetiva: conceito e compromisso

Educação protetiva é um processo contínuo de formação de crianças, adolescentes e adultos para construir relações baseadas em dignidade, segurança, respeito, participação e cuidado. Seu foco não é apenas evitar uma ocorrência. É criar ambientes nos quais a violência encontre menos espaço para começar, permanecer escondida ou se repetir.

O QUE ELA INTEGRA

O território da educação protetiva:

1. Vínculos seguros e disponibilidade emocional dos adultos.
2. Educação emocional e desenvolvimento de linguagem para nomear experiências.
3. Educação sexual adequada à idade, com informações sobre corpo, intimidade, consentimento e ajuda.
4. Prevenção ao abuso, à exploração, ao bullying, ao racismo, ao capacitismo, ao machismo e a outras formas de violência.
5. Segurança digital, pensamento crítico e participação responsável no ambiente online.
6. Formação de adultos para reconhecer sinais, escutar, registrar, encaminhar e acompanhar.
7. Protocolos institucionais que não dependam de improviso, favoritismo ou decisões isoladas.

PRINCÍPIO CENTRAL

A criança participa da própria proteção, mas nunca é responsável pela violência sofrida. Responsabilidade é de quem agride; dever de proteção é dos adultos, das instituições e do Estado.

O que ela não é:

- × Transferir à criança a responsabilidade por impedir uma violência.
- × Erotizar, antecipar conteúdos inadequados ou constranger a intimidade.
- × Investigar relatos por conta própria ou expor a criança a repetidas narrativas.
- × Ensinar obediência irrestrita ou medo de pessoas desconhecidas.
- × Prometer risco zero ou acreditar que uma única palestra resolve o problema.
- × Confundir proteção com controle permanente, invasão de privacidade ou silenciamento.

DA AÇÃO ISOLADA À CULTURA

A proteção aparece no detalhe

Uma cultura protetiva aparece nos pequenos detalhes: o adulto pede licença antes de tocar, não obriga demonstrações de afeto, respeita sinais de desconforto, explica procedimentos, acolhe perguntas, intervém diante de humilhações e admite quando erra. Ao mesmo tempo, existem regras claras, canais seguros, registros, supervisão e respostas proporcionais.



02

VÍNCULO · CAPÍTULO 02

Relações seguras são o primeiro território de proteção

Antes de aprender uma regra de autoproteção, a criança aprende, nas relações, se pode confiar na própria percepção. Quando seus sinais são levados a sério, ela entende que desconforto importa. Quando pode dizer "não" sem perder amor, aprende que vínculo e limite podem coexistir.

CARACTERÍSTICAS DE UMA RELAÇÃO SEGURA

O que sustenta o vínculo

1. Previsibilidade: o adulto comunica mudanças e cumpre combinados possíveis.
2. Responsividade: percebe sinais, aproxima-se e oferece ajuda sem invadir.
3. Respeito: não ridiculariza emoções, corpo, dúvidas ou erros.
4. Limites com conexão: interrompe comportamentos inadequados sem ameaçar o vínculo.
5. Reparação: reconhece falhas, pede desculpas e reconstrói confiança.
6. Participação: considera a opinião da criança nas decisões compatíveis com sua idade.



Autoridade protetiva

Relação segura não é ausência de limite. Crianças precisam de adultos capazes de sustentar decisões, organizar o ambiente e impedir riscos. A diferença está em como a autoridade é exercida: firmeza sem humilhação, direção sem violência e explicação sem transformar toda regra em negociação.

NA PRÁTICA

"Eu não vou deixar você machucar seu irmão. Vou ajudar você a parar. Quando seu corpo estiver mais calmo, conversamos sobre o que aconteceu." A mensagem combina limite, presença e possibilidade de reparação.

PERGUNTAS PARA OS ADULTOS

Um olhar para dentro

1. A criança pode discordar de mim com respeito?
2. Eu percebo quando ela congela, evita ou tenta agradar excessivamente?
3. Costumo exigir afeto físico para não desagradar familiares?
4. Quando erro, consigo reparar sem justificar meu comportamento?
5. A quem esta criança recorreria se estivesse com medo de mim ou de outro adulto?

03 Desenvolvimento humano, apego e regulação

O desenvolvimento acontece nas relações. O sistema nervoso infantil ainda está amadurecendo; por isso, a criança depende de adultos para organizar experiências intensas, recuperar segurança e construir recursos internos. Antes da autorregulação, existe muita corregulação.

COMPORTAMENTO COMUNICA

Todo comportamento tem uma função

Choro, irritação, silêncio, oposição, regressão, agitação ou dificuldade de concentração podem expressar necessidades, sobrecarga, medo, cansaço ou conflito. Compreender a função de um comportamento não significa permitir tudo. Significa responder ao comportamento e à necessidade que existe por trás dele.

LEMBRETE

Uma criança em estado de ameaça tem menos acesso a reflexão, linguagem e aprendizagem. Conexão não elimina consequência; cria as condições para que ela faça sentido.



A sequência protetiva

1. Regular a si mesmo: reduzir o tom de voz, respirar e abandonar a urgência de vencer.
2. Oferecer segurança: aproximar-se de forma previsível, proteger o espaço e diminuir estímulos.
3. Conectar: nomear o que observa sem acusar e demonstrar disponibilidade.
4. Estabelecer limite: dizer claramente o que precisa parar ou acontecer.
5. Ensinar e reparar: retomar o episódio quando houver condições de aprendizagem.

TRAUMA-INFORMED

Uma lente, não um rótulo

Uma abordagem sensível ao trauma pergunta “o que pode ter acontecido e do que esta pessoa precisa agora?”, sem transformar toda dificuldade em diagnóstico. Ela prioriza segurança, escolha possível, colaboração, transparência, respeito cultural e prevenção de novas violações.



04

DAR LINGUAGEM À EXPERIÊNCIA · CAPÍTULO 04

Educação emocional como prevenção

Quem reconhece sensações, emoções e limites tem mais condições de perceber quando algo não está bem e buscar ajuda. Educação emocional não serve para produzir crianças sempre calmas. Serve para ampliar consciência, expressão, regulação e capacidade de relação.

CINCO COMPETÊNCIAS PROTETIVAS

O que a educação emocional desenvolve:

1. Perceber sinais do corpo: aperto, calor, frio, tensão, aceleração, vontade de fugir.
2. Nomear emoções com variedade, sem dividi-las em boas e ruins.
3. Relacionar emoção, contexto, pensamento, necessidade e ação.
4. Expressar desconforto e pedir ajuda com diferentes recursos, inclusive não verbais.
5. Recuperar equilíbrio com apoio e, progressivamente, com estratégias próprias.



Práticas cotidianas

- Faça check-ins breves: “Como está seu corpo hoje?”
- Use livros, filmes e situações fictícias para conversar sem expor ninguém.
- Amplie o vocabulário além de feliz, triste e bravo.
- Valide a emoção e limite a ação: “faz sentido estar com raiva; bater não é seguro”.
- Modele autorregulação: fale sobre como você percebe e cuida do próprio estado.

EVITE

Usar “respira” como ordem para encerrar uma emoção; pedir que a criança se acalme apenas para facilitar a vida adulta; exigir relato público; premiar silêncio ou docilidade como sinônimos de maturidade.



05 Corpo, intimidade, consentimento e autonomia

Autonomia corporal é construída quando a criança aprende os nomes do corpo, reconhece sensações, participa dos cuidados compatíveis com sua idade e percebe que intimidade exige respeito. Ela não significa decidir tudo sobre o próprio corpo; adultos ainda precisam garantir saúde, higiene e segurança, explicando e reduzindo invasões desnecessárias.

MENSAGENS ESSENCIAIS

O que toda criança precisa ouvir:

- Seu corpo merece respeito.
- As partes íntimas também têm nomes corretos e precisam ser tratadas com privacidade.
- Você pode recusar beijo, abraço, cócegas e brincadeiras corporais.
- Cuidados de saúde e higiene devem ter motivo, explicação e um adulto responsável.
- Consentimento pode mudar; silêncio, congelamento e medo não são consentimento.
- Segredos que dão medo, vergonha, ameaça ou envolvem o corpo precisam ser contados.
- Se alguém não acreditar, procure outro adulto até receber ajuda.



Consentimento é mais que perguntar

Para haver consentimento, é preciso compreensão, liberdade e possibilidade real de recusar. A diferença de idade, poder, dependência ou autoridade pode tornar um “sim” pouco livre. Por isso, adultos não devem usar a ideia de consentimento para legitimar interações inadequadas com crianças.

FAMÍLIA

Pequena mudança, grande efeito

- Substitua “dê um beijo” por “como você quer cumprimentar?”.
- Avise antes de ajudar no banho, vestir ou examinar.
- Não publique imagens constrangedoras nem exponha informações íntimas.
- Interrompa cócegas e brincadeiras ao primeiro sinal de recusa.
- Ensine que educação e respeito não exigem disponibilidade corporal.

06

Educação sexual é proteção

Educação sexual não é uma conversa sobre ato sexual. É o processo de aprender sobre corpo, cuidado, afeto, limites, relações, diversidade, reprodução, saúde, direitos, mídia e segurança. Começa cedo, em linguagem simples, e acompanha o desenvolvimento.

PRINCÍPIOS PARA CONVERSAR

Como abrir espaço para começar:

1. Responda ao que foi perguntado, com verdade e simplicidade.
2. Use nomes corretos das partes do corpo e linguagem compreensível.
3. Verifique o que a criança já pensa antes de explicar.
4. Não transforme curiosidade em culpa, piada ou interrogatório.
5. Inclua valores familiares sem omitir informações necessárias à proteção.
6. Retome o tema em pequenas conversas; não espere a conversa perfeita.

Por faixa de desenvolvimento

Etapa	Focos possíveis
0 a 3 anos	Nomes do corpo; cuidados; diferença entre público e privado; permissão e aviso nos toques; expressão de desconforto.
4 a 6 anos	Partes íntimas; regras de cuidado; consentimento nas brincadeiras; segredos e surpresas; adultos de confiança; origem dos bebês em linguagem simples.
7 a 10 anos	Mudanças corporais; privacidade; amizade e respeito; bullying; internet; imagens íntimas; estratégias para pedir ajuda.
11 a 14 anos	Puberdade; relações; pressão de pares; consentimento; pornografia e mídia; segurança digital; diversidade; canais de apoio.
15 a 18 anos	Relacionamentos saudáveis; coerção; responsabilidade afetiva; contracepção e prevenção; exposição digital; direitos, serviços e projeto de vida.

⚠ IMPORTANTE

As idades são referências, não caixas rígidas. Considere desenvolvimento, experiências, deficiência, comunicação, contexto cultural e dúvidas reais. Crianças com deficiência têm direito a informação acessível e não devem ser infantilizadas.

07

AMPLIAR PROTEÇÃO · CAPÍTULO 07

Prevenção das violências sem produzir medo

Prevenção baseada em medo costuma apresentar o perigo como um desconhecido assustador e ensinar respostas rígidas. Isso é insuficiente: muitas violências acontecem em relações conhecidas, com confiança, afeto, dependência, manipulação e silêncio. A prevenção precisa fortalecer percepção e rede de ajuda sem transformar o mundo em ameaça permanente.

DO ALERTA ISOLADO À PROTEÇÃO EM CAMADAS

Camadas que se somam.

1. Relações familiares respeitosas e abertura para conversar.
2. Educação emocional, corporal, sexual e digital contínua.
3. Seleção, formação e supervisão de adultos que trabalham com crianças.
4. Ambientes físicos com visibilidade, privacidade adequada e regras claras.
5. Canais de escuta acessíveis, confidencialidade responsável e fluxo de resposta.
6. Articulação com serviços do território e acompanhamento após encaminhamento.

Manipulação e aliciamento

Aproximações abusivas podem começar com atenção, presentes, privilégios, jogos, favores, segredos, isolamento ou construção de dependência. Ensinar apenas “não fale com estranhos” deixa invisíveis situações envolvendo pessoas queridas ou admiradas. A mensagem deve ser: nenhuma relação autoriza ameaça, sexualização, segredo sobre o corpo ou pedido que produza medo e confusão.

LINGUAGEM QUE PROTEGE

Em vez de “cuidado com pessoas ruins”, diga: “até pessoas conhecidas podem quebrar regras de cuidado. Se algo deixar você confuso, com medo ou desconfortável, conte. Você não terá culpa.”

VIOLÊNCIAS QUE TAMBÉM EXIGEM PREVENÇÃO

Um olhar sem exceções

Uma cultura protetiva enfrenta violência física, psicológica e sexual, negligência, exploração, bullying e cyberbullying, racismo, capacitismo, LGBTfobia, misoginia, violência institucional e práticas disciplinares humilhantes. Elas podem se combinar e afetar de modo desigual crianças já atravessadas por vulnerabilidades.

08 Proteção no ambiente digital

O ambiente digital amplia acesso, criatividade, pertencimento e aprendizagem, mas também exposição a contato abusivo, chantagem, desinformação, sexualização, discursos de ódio e coleta de dados. Proteger não é apenas controlar tempo de tela. É oferecer presença, repertório, regras, supervisão proporcional e rotas de ajuda.

ACORDOS PROTETIVOS

Combinados que sustentam a segurança digital:

- Dispositivos e aplicativos devem respeitar idade e maturidade.
- Contas, privacidade e localização precisam de configurações revisadas.
- Novos contatos não migram para conversas privadas sem conhecimento de adulto responsável.
- Pedidos de imagens, segredo, dinheiro, encontro ou mudança de plataforma são sinais de alerta.
- A criança pode pedir ajuda sem perder imediatamente o dispositivo como punição.
- Evidências de violência não devem ser redistribuídas; registre o necessário e busque orientação.



CAPÍTULO 08 · AMBIENTE DIGITAL

Por que a punição pode silenciar

Quando contar um problema resulta em gritos, vergonha ou retirada total da vida digital, a criança pode esconder situações futuras. Consequências podem ser necessárias, mas primeiro vêm segurança, preservação de evidências quando cabível, bloqueio, denúncia e acolhimento.

FRASE-CHAVE

"Se alguma coisa acontecer na internet, você pode me contar. Talvez eu precise tomar decisões para proteger você, mas vou tentar ouvir antes de agir e você não enfrentará isso sozinho."

PORNOGRAFIA E CONTEÚDO SEXUAL

Responder e auxiliar

A exposição pode ser acidental, buscada por curiosidade ou induzida por terceiros. A resposta adulta deve interromper o acesso, compreender como ocorreu e conversar sem humilhar. É importante explicar que pornografia não é educação: apresenta roteiros produzidos, muitas vezes sem cuidado, reciprocidade ou representação realista das relações.

09 A escola como território protetivo

A escola ocupa um lugar privilegiado: acompanha mudanças, constrói vínculos e pode identificar sinais precoces. Também pode produzir sofrimento quando normaliza humilhação, discriminação, exposição ou silêncio. Ser território protetivo exige coerência entre discurso, rotina, infraestrutura e resposta institucional.

SEIS PILARES

A estrutura de um território protetivo

1. Política clara de proteção e código de conduta para adultos e estudantes.
2. Formação continuada de toda a equipe, incluindo apoio, transporte, esporte e terceirizados.
3. Currículo contínuo de educação emocional, sexual, direitos humanos e cidadania digital.
4. Canais acessíveis de escuta, com alternativas verbais e não verbais.
5. Fluxo escrito para observar, registrar, comunicar, encaminhar e acompanhar.
6. Participação de estudantes e famílias na construção e avaliação das ações.



CAPÍTULO 09 · ESCOLA

Ambiente e rotina

- Evitar atendimentos isolados em locais sem visibilidade.
- Definir regras para comunicação privada entre profissionais e estudantes.
- Planejar cuidados de higiene, troca e saúde com dignidade e salvaguardas.
- Supervisionar saídas, transporte, eventos, imagens e atividades externas.
- Registrar ocorrências de forma objetiva, segura e com acesso restrito.
- Garantir adaptações e canais acessíveis para estudantes com deficiência.

CURRÍCULO EM ESPIRAL

Temas que retornam e se aprofundam:

Os temas retornam ao longo dos anos com complexidade crescente. Uma criança pequena aprende nomes do corpo e pedido de ajuda; mais tarde discute pressão de pares, relações digitais e consentimento. A repetição planejada fortalece competências sem sobrecarregar uma única atividade.

PERGUNTA DE GESTÃO

Se um estudante revelasse uma violência hoje, cada profissional saberia o que fazer nos primeiros dez minutos, a quem comunicar e como evitar exposição? Se a resposta for “depende”, há um ponto urgente de organização.

Fortalecer quem cuida

Não existe território protetivo sustentável com profissionais exaustos, desamparados e responsabilizados individualmente por problemas sistêmicos. Formar é também oferecer supervisão, clareza de papel, tempo de planejamento, apoio após situações críticas e uma cultura em que pedir ajuda não seja sinal de incompetência.

COMPETÊNCIAS ADULTAS

O que a equipe precisa desenvolver:

1. Reconhecer os próprios gatilhos e regular reações antes de intervir.
2. Diferenciar acolhimento, escuta pedagógica, escuta especializada e investigação.
3. Observar e registrar fatos sem interpretações precipitadas.
4. Conhecer limites de confidencialidade e deveres de comunicação.
5. Conduzir conversas difíceis com famílias sem acusação ou omissão.
6. Atuar em rede e acompanhar, sem assumir funções de outros serviços.

CAPÍTULO 10 · QUEM CUIDA

Cuidado ético com o impacto

Relatos de violência podem gerar impotência, raiva, medo e sofrimento vicário. Equipes precisam de espaços protegidos de supervisão e apoio, sem transformar reuniões em circulação de detalhes íntimos. O cuidado com quem cuida preserva discernimento e reduz respostas impulsivas.

GESTORES

Não ofereçam apenas uma capacitação. Criem condições para aplicar o aprendido: protocolos, responsáveis, materiais, tempo, supervisão, comunicação e avaliação.



ATENÇÃO RESPONSÁVEL · CAPÍTULO 11

11 Sinais de alerta: observar sem concluir

Nenhum sinal isolado confirma violência. Mudanças podem ter muitas causas, e algumas crianças não apresentam sinais perceptíveis. O papel do adulto é observar padrões, contexto, intensidade e duração; registrar fatos; oferecer disponibilidade; e buscar orientação conforme o fluxo institucional.

POSSÍVEIS MUDANÇAS

Padrões que merecem atenção:

- Medo intenso ou evitamento de pessoa, lugar ou situação.
- Regressões, alterações de sono, alimentação, humor ou autonomia.
- Queda de rendimento, ausência, isolamento ou agitação incomum.
- Conhecimento ou comportamento sexual incompatível com contexto e desenvolvimento.
- Lesões, queixas somáticas recorrentes ou desconforto em cuidados corporais.
- Uso digital secreto, chantagem, presentes inexplicados ou contato insistente.
- Falas de desvalor, culpa, desesperança, fuga ou desejo de desaparecer.

Como registrar:

1. Data, horário, local e pessoas presentes.
2. Comportamento observável, evitando rótulos como “sedutor”, “manipulador” ou “problemático”.
3. Palavras espontâneas da criança entre aspas, sem completar sentidos.
4. Perguntas feitas e providências adotadas.
5. Quem recebeu a comunicação e quais próximos passos foram definidos.

OBJETIVIDADE

“Durante a troca, afastou meu braço, chorou e disse ‘não quero que encoste’” é um registro. “Comportou-se como vítima de abuso” é uma conclusão que o observador não deve produzir.

12

PRIMEIRA RESPOSTA · CAPÍTULO 12

Quando a criança conta: acolher sem investigar

A forma como um adulto reage pode influenciar segurança, continuidade do relato e busca de ajuda. O objetivo da primeira resposta não é descobrir todos os detalhes. É acolher, avaliar segurança imediata, explicar os próximos passos e encaminhar conforme as responsabilidades do serviço.

O QUE FAZER:

A primeira resposta protege

- Mantenha a calma possível e ofereça um espaço reservado, sem isolamento inadequado.
- Ouça com atenção, permita pausas e use poucas perguntas abertas apenas para compreender necessidade imediata.
- Agradeça a confiança: “você fez bem em me contar”.
- Afirme: “não é sua culpa” e “vou buscar ajuda para proteger você”.
- Não prometa segredo absoluto; explique que precisará compartilhar apenas com pessoas responsáveis por ajudar.
- Registre as palavras essenciais e acione o fluxo institucional sem demora.
- Mantenha cuidado e rotina, evitando que o encaminhamento se torne abandono.

O que evitar:

- × Demonstrar incredulidade, horror ou raiva diante da criança.
- × Fazer perguntas sugestivas, repetitivas ou detalhadas.
- × Pedir demonstrações, confrontar a pessoa indicada ou promover acareação.
- × Culpar por não ter contado antes, por ter aceitado presente ou por ter voltado ao contato.
- × Gravar, fotografar ou compartilhar relato fora do procedimento autorizado.
- × Prometer que nada ruim acontecerá ou que o caso terá determinado resultado.
- × Expor a informação a colegas, familiares ou grupos que não precisam conhecê-la.

FRASES SEGURAS

“Imagino que tenha sido difícil contar isso.” “Você não precisa me contar tudo agora.” “Existe alguma coisa que precisa acontecer para você ficar seguro hoje?” “Vou explicar o que faremos a seguir.”

ESCUTA NÃO É INVESTIGAÇÃO

Preserve o serviço competente

Professores, familiares e profissionais que recebem uma fala não devem conduzir apuração paralela. Repetir perguntas pode aumentar o sofrimento, influenciar o relato, comprometer a apuração e produzir vitimização secundária. Acolha o que surge espontaneamente e preserve a atuação dos serviços competentes.

PROTEÇÃO COMPARTILHADA · CAPÍTULO 13

13 Famílias, escola e rede: corresponsabilidade

A proteção se rompe quando cada setor acredita que o problema pertence ao outro. Escola, saúde, assistência social, sistema de garantia de direitos, organizações comunitárias e famílias têm funções diferentes, mas precisam compartilhar uma direção: segurança e desenvolvimento da criança.

PRINCÍPIOS DE ARTICULAÇÃO

Como a rede se sustenta:

1. Definir responsabilidades antes das crises.
2. Compartilhar somente informações necessárias e por canais seguros.
3. Evitar encaminhamento sem confirmação de recebimento ou continuidade.
4. Considerar riscos produzidos pela própria comunicação, especialmente quando a família pode estar envolvida.
5. Planejar acompanhamento: frequência escolar, saúde, apoio psicossocial e proteção contra retaliação.
6. Ouvir a criança sobre necessidades e mudanças que a afetam, conforme sua capacidade.



Conversas com famílias

Reuniões devem partir de fatos, preocupação e convite à colaboração. Quando houver suspeita de violência, a comunicação precisa seguir o protocolo e avaliar segurança; nem sempre é adequado procurar primeiro a pessoa responsável. Evite acusações improvisadas, diagnósticos e exposição do relato.

UMA BOA ABERTURA

"Observamos algumas mudanças e queremos compartilhar fatos específicos. Nosso objetivo é compreender do que esta criança precisa e organizar proteção. Também vamos seguir o fluxo previsto para situações dessa natureza."

Nenhuma instituição protege sozinha. A rede existe quando escola, saúde, assistência social, sistema de garantia de direitos e família caminham na mesma direção.

14 Práticas e atividades por faixa etária

Atividades protetivas não devem solicitar relatos pessoais em público nem testar quem viveu violência. Trabalhe com personagens, histórias, cartões, escolhas e situações hipotéticas. Sempre informe previamente quem poderá ser procurado se alguém quiser conversar em particular.

EDUCAÇÃO INFANTIL · 3 A 5 ANOS

Primeiras informações de corpo e cuidado

Mapa do corpo Nomear partes e cuidados com bonecos ou figuras adequadas.

Semáforo do toque Conversar sobre toques de cuidado, brincadeiras que precisam parar e situações que exigem ajuda, evitando classificar toque apenas como “bom” ou “ruim”.

Jeito de cumprimentar Escolher entre aceno, sorriso, toque de mãos ou abraço.

Rede da proteção Cada dedo representa um adulto de confiança, lembrando que a lista pode mudar.

ANOS INICIAIS · 6 A 10 ANOS

Emoções, segredos e rota de ajuda.

Detetive das emoções Identificar pistas corporais e necessidades de personagens.

Segredo ou surpresa? Comparar duração, emoção e possibilidade de contar a um adulto.

Final alternativo Criar respostas para uma personagem que recebe pedido desconfortável.

Trilha da ajuda Praticar insistência segura quando o primeiro adulto não compreende.



PRÉ-ADOLESCÊNCIA · 11 A 13 ANOS

Pressão, consentimento e vida digital

Pressão em cena: Analisar convites, chantagens, exclusão e busca de aprovação.

Print em exposição: Estudar conversas fictícias e localizar sinais de manipulação digital.

Consentimento em contexto: Discutir poder, medo, silêncio, insistência e mudança de ideia.

Campanha de pares: Produzir mensagens de respeito, ajuda e cidadania digital.

ADOLESCÊNCIA · 14 A 18 ANOS

Relações, mitos e produção cultural

Régua das relações: Avaliar respeito, reciprocidade, liberdade, ciúme, controle e coerção em casos fictícios.

Mitos em debate: Confrontar ideias como “quem ama sente ciúme”, “mandou porque quis” ou “meninos não podem recusar”.

Rotas de apoio: Mapear serviços, adultos e canais confiáveis do território.

Produção cultural: Podcast, vídeo, slam, fotografia ou teatro-fórum sobre relações seguras e pertencimento.

COM ADULTOS

Formação de quem protege

Estudo de caso: Decidir, em grupo, as ações dos primeiros dez minutos após um relato.

Mapa de risco: Mapear riscos e fatores de proteção da instituição.

Ensaio de frase: Treinar frases para acolhimento e comunicação difícil.

Simulação do fluxo: Percorrer o caminho do registro ao acompanhamento.

Pacto de prática: Definir o que começar, interromper e sustentar.

Uma boa atividade protetiva usa personagens e situações fictícias, nunca testa quem viveu violência e sempre informa a quem a criança pode recorrer em particular.

15

DA INTENÇÃO À PRÁTICA · CAPÍTULO 15

Plano de ação para uma cultura de proteção

Intenção não protege ninguém. Este capítulo organiza o caminho entre o diagnóstico e uma cultura de proteção sustentada por rotina, protocolos, formação e avaliação contínua.

CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO

Seis passos que se retroalimentam

1. Diagnosticar: ouvir estudantes, famílias e equipes; mapear riscos, recursos e lacunas.
2. Priorizar: escolher poucos compromissos críticos, com critérios de urgência e impacto.
3. Planejar: definir ações, responsáveis, recursos, indicadores e prazos.
4. Formar e comunicar: capacitar todos os públicos e tornar regras compreensíveis.
5. Executar com supervisão: acompanhar dúvidas, resistências, incidentes e necessidades de apoio.
6. Avaliar e ajustar: combinar dados, percepção dos públicos e análise de casos sem exposição.

Indicadores possíveis:

- Percentual de profissionais formados e avaliados em competências-chave.
- Existência, divulgação e uso do protocolo de proteção.
- Tempo entre recebimento de uma preocupação e acionamento do fluxo.
- Percepção de segurança, pertencimento e acesso a adultos de confiança.
- Participação de estudantes e famílias nas ações.
- Qualidade dos registros e continuidade dos encaminhamentos.
- Redução de práticas institucionais humilhantes ou discriminatórias.

CUIDADO COM OS NÚMEROS

Aumento inicial de relatos não significa necessariamente aumento da violência. Pode indicar maior confiança, reconhecimento e acesso aos canais de ajuda. Avalie os dados com contexto.

Plano de 90 dias

Período	Prioridades	Entregas
Dia 1 a 30	Diagnóstico, equipe responsável, revisão de riscos e fluxo atual.	Mapa de lacunas; responsáveis; ações urgentes.
Dia 31 a 60	Formação inicial, protocolo, canais de escuta e comunicação.	Fluxo validado; materiais; calendário formativo.
Dia 61 a 90	Piloto curricular, simulação de caso, participação estudantil e avaliação.	Plano anual; indicadores; relatório de aprendizados.

Um plano de proteção só se concretiza quando entra na agenda: responsáveis nomeados, prazos definidos e revisão periódica.

FERRAMENTAS · ANEXO 1

Checklist para famílias

Use esta lista como um espelho da rotina: marque o que já acontece e escolha um ou dois itens para fortalecer primeiro.

- [ ] Usamos nomes corretos para todas as partes do corpo.
- [ ] A criança pode recusar afeto físico sem ser punida ou ridicularizada.
- [ ] Conversamos sobre segredos, surpresas e adultos de confiança.
- [ ] Existem regras digitais conhecidas e revisadas conforme a idade.
- [ ] A criança sabe que pode pedir ajuda mesmo se tiver quebrado uma regra.
- [ ] Adultos avisam e explicam cuidados corporais.
- [ ] Não expomos imagens ou histórias íntimas sem necessidade.
- [ ] Conhecemos os espaços, adultos e atividades frequentados pela criança.
- [ ] Reparamos após gritos, injustiças ou rupturas.
- [ ] Sabemos a quem recorrer no território.

FERRAMENTAS · ANEXO 2

Checklist para instituições

Transforme cada item em um compromisso observável, com responsável e prazo. O checklist serve como diagnóstico inicial e instrumento de avaliação periódica.

- [ ] Há política de proteção aprovada, atualizada e acessível.
- [ ] O código de conduta inclui contato físico, comunicação digital, imagens, transporte e atendimentos individuais.
- [ ] Todos os trabalhadores recebem formação inicial e continuada.
- [ ] Estudantes conhecem canais de ajuda acessíveis.
- [ ] O fluxo define responsabilidades, registro, comunicação e acompanhamento.
- [ ] Há critérios de seleção, referências e supervisão de pessoas adultas.
- [ ] Os espaços físicos foram analisados sob a ótica de proteção.
- [ ] A instituição possui práticas inclusivas e antidiscriminatórias.
- [ ] Existem apoio e supervisão para quem recebe relatos.
- [ ] Indicadores são avaliados sem culpar vítimas nem ocultar ocorrências.

FERRAMENTAS · ANEXO 3

Frases que ajudam

PARA VALIDAR: *"Eu percebo que isso foi difícil."*

PARA ESTABELECER LIMITE: *"Eu não vou permitir que alguém seja machucado."*

PARA RESPEITAR O CORPO: *"Você prefere abraço, toque de mãos ou só um oi?"*

PARA ABRIR CONVERSA: *"Você quer me contar mais ou prefere que eu apenas fique aqui?"*

DIANTE DE REVELAÇÃO: *"Você fez bem em me contar. Isso não é sua culpa."*

SOBRE CONFIDENCIALIDADE: *"Vou compartilhar apenas com pessoas que precisam ajudar a proteger você."*

NO AMBIENTE DIGITAL: *"Pode me procurar mesmo que tenha clicado, respondido ou enviado alguma coisa."*

PARA REPARAR: *"Eu errei quando gritei. O limite continua, mas quero conversar de outro jeito."*

FERRAMENTAS · ANEXO 4

Frases que podem silenciar

Ditas sem intenção de machucar, essas frases encerram a conversa e afastam a criança da ajuda. Vale substituí-las pelas frases do anexo anterior.

- ✕ “Por que você não contou antes?”
- ✕ “Isso vai acabar com a nossa família.”
- ✕ “Se acontecer algo na internet, tiro seu celular para sempre.”
- ✕ “Você também provocou.”
- ✕ “Você tem certeza?”
- ✕ “Não conte para ninguém.”
- ✕ “Foi só uma brincadeira.”
- ✕ “Agora me conte todos os detalhes.”

♡ A pergunta “Por que você não contou antes?” soa como acusação. O que protege é dizer: “Você fez bem em me contar.”

Glossário essencial

Corregulação:
Processo pelo qual uma pessoa oferece presença, previsibilidade e recursos para ajudar outra a recuperar organização e segurança.

Consentimento:
Manifestação livre, informada, específica e reversível. Relações de poder e desenvolvimento limitam a possibilidade de consentimento.

Educação protetiva:
Formação contínua e organização de ambientes para prevenir violências, fortalecer vínculos e garantir respostas responsáveis.

Escuta não investigativa:
Acolhimento inicial que evita perguntas detalhadas, sugestivas ou repetitivas e prioriza segurança e encaminhamento.

Fator de proteção:
Condição individual, relacional, comunitária ou institucional que reduz riscos ou impactos e amplia recursos de cuidado.

Grooming ou aliciamento:
Processo gradual de aproximação, manipulação e construção de confiança ou segredo com finalidade abusiva.

Trauma-informed:
Abordagem sensível aos efeitos do trauma que prioriza segurança, confiança, colaboração, escolha possível e prevenção de revitimização.

Vitimização secundária:
Sofrimento adicional produzido por respostas inadequadas, exposição, descrédito, culpabilização ou repetição desnecessária do relato.

PARA APROFUNDAR

Referências orientadoras

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Lei nº 13.185/2015. Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

BRASIL. Lei nº 13.431/2017. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

BRASIL. Decreto nº 9.603/2018. Regulamenta a Lei nº 13.431/2017.

BRASIL. Lei nº 14.344/2022. Lei Henry Borel: prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

BRASIL. Lei nº 14.811/2024. Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais.

BRASIL. Lei nº 15.211/2025. Proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).

BOWLBY, John. Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artmed, 2023.

CENTER ON THE DEVELOPING CHILD AT HARVARD UNIVERSITY. Materiais sobre desenvolvimento, estresse e relações responsivas. Cambridge, MA: Harvard University.

CONANDA. Resolução nº 113/2006. Parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

UNICEF. Materiais sobre proteção infantil, parentalidade e segurança online. Brasília, DF: UNICEF.

UNESCO. Orientações técnicas internacionais sobre educação em sexualidade. Paris: UNESCO, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. INSPIRE: seven strategies for ending violence against children. Genebra: WHO, 2016.

JUUL, Jesper. Sua criança competente. Osasco: Novo Século, 2002.

MATÉ, Gabor. The myth of normal: trauma, illness & healing in a toxic culture. Nova York: Avery, 2022.

PORGES, Stephen W.; PORGES, Seth. Nosso mundo polivagal: como a segurança e o trauma nos transformam. São Paulo: Auster, 2026.

VAN DER KOLK, Bessel. O corpo guarda as marcas: cérebro, mente e corpo na cura do trauma. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

Encerramento

Educação protetiva é uma escolha coletiva de não esperar que a violência aconteça para começar a cuidar. É ensinar crianças e adolescentes a reconhecer direitos e pedir ajuda; é preparar adultos para escutar e agir; é organizar instituições para que a proteção não dependa de improviso.

Relações seguras não são relações perfeitas. São relações em que há presença, limite, dignidade, possibilidade de dizer, reparação e responsabilidade. Cada conversa respeitosa, cada protocolo cumprido, cada intervenção diante de uma humilhação e cada adulto que aprende a acolher ampliam o território de segurança de uma criança.

> Proteger é construir um mundo em que crianças e adolescentes não precisem escolher entre pertencer e estar seguros. O verdadeiro cuidado permite os dois.



Feito para abrir conversas, não para encerrá-las.